



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Histórico e Cultural, do Meio Ambiente Urbano e de Assuntos Fundiários.

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.urbe@mpmt.mp.br

CAO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL, MEIO AMBIENTE URBANO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

Trincheira do Bairro Santa Rosa - Cuiabá/MT

EDIÇÃO 01/2025

SUMÁRIO

Novidades Legislativas.....	03
Notícias.....	04
Eventos.....	05
Jurisprudências.....	07
MPMT em Ação.....	09
Notícias do CNMP e Outros Ministérios Públicos.....	14
Artigos.....	15



EQUIPE DO CAO URBE

Mariana Batizoco Alcântara Silva – Promotora de Justiça – Coordenadora

Marcio Florestan Berestinas – Promotor de Justiça – Coordenador-Adjunto

Marina Paula Signor Bernardes – Auxiliar Ministerial

NOVIDADES LEGISLATIVAS

FEDERAL

- Lei nº 15.088, de 06/01/2025: Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Lei de Resíduos Sólidos), para proibir a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, ressalvados os casos que especifica.
- Decreto nº 12.260, de 28/11/2024: Institui o Programa Periferia Viva, visando promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nas periferias urbanas.

ESTADUAL

- Lei nº 12.704, de 23/10/2024: Institui o Programa de Reflorestamento Urbano nos Municípios de Cuiabá e Várzea Grande, com o objetivo de promover a recuperação e ampliação das áreas verdes nas zonas urbanas, visando à melhoria da qualidade de vida da população, a conservação da biodiversidade e a mitigação dos impactos ambientais.
- Decreto nº 1.152, de 25/11/2024: Regulamenta a Lei nº 12.631, de 1º de agosto de 2024, que cria a Agência Mato-grossense de Promoção de Investimentos e Competitividade (INVEST MT), visando atrair investimentos e promover o desenvolvimento econômico sustentável no estado.
- Decreto nº 1.209, de 02/01/2025: Altera a estrutura organizacional da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Mato Grosso (Ager-MT), criando a Diretoria de Saneamento.



NOTÍCIAS

- Proposta estabelece que saneamento básico deve incluir água das chuvas e resíduos sólidos
- Áreas verdes podem diminuir em até 5 graus a temperatura no meio urbano
- Legalização não afasta responsabilidade pelo parcelamento irregular do solo urbano
- Estudo aponta estados com maior risco no abastecimento de água
- Uso do solo: falta integração de pagamento por serviços ambientais e planos diretores
- Ministério publica regras para implementação da Lei de Incentivo à Reciclagem
- Ações no STF questionam constitucionalidade de leis ambientais do Acre
- Lula sanciona lei que proíbe importação de resíduos sólidos no Brasil
- Municípios e consórcios públicos podem submeter propostas no Programa Lei de Incentivo à Reciclagem do MMA
- TCE-MT esclarece regras para terceirização de serviços públicos de saneamento básico
- Projeto dá prioridade para escolas, creches e hospitais nos serviços de água, esgoto e coleta de resíduos
- Nova lei inclui mobilidade urbana em estudo de impacto de vizinhança
- Poluição plástica é a segunda maior ameaça ambiental ao planeta
- ANA define prioridades para saneamento básico em 2025 e 2026



EVENTOS

23º Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente

O Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, na sua 23ª edição, será realizado na cidade de Fortaleza (CE), no período de **14 a 16 de abril de 2025**, com a proposta debater o tema **“Atuação estratégica do Ministério Público e a defesa dos direitos fundamentais ambientais e climáticos”**. O evento, que é uma correalização da ABRAMPA com o Ministério Público do Estado do Ceará, tem a sua programação dividida em painéis interdisciplinares que incluirão a apresentação de experiências exitosas, de projetos em desenvolvimento nas áreas de conservação socioambiental e redução das mudanças climáticas, de pesquisas e estudos que instiguem novas iniciativas e de resultados do trabalho do Ministério Público em articulação com outros órgãos, fomentando ações estratégicas e articuladas entre as mais diversas instituições participantes.

São esperados mais de 300 participantes entre membros do Ministério Público, advogados, membros do Poder Judiciário, Legislativo e Executivo, representantes de empresas, de organizações não governamentais, de instituições de ensino e pesquisa, de órgãos públicos ambientais e da sociedade civil interessada.

O XXIII Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente contou com o patrocínio de diversas instituições engajadas com a temática ambiental, entre elas a Associação Nacional de Membros do Ministério Público (CONAMP), Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), Instituto Caminhos Sustentáveis, Instituto Brasileiro de Baterias Recicláveis (IBER) e o Observatório do Código Florestal

Confira [AQUI](#), a programação científica do evento e participe do encontro.





Audiência Pública

Centro Histórico de Cuiabá, Revisão do Plano Diretor e desafios para a preservação do patrimônio público histórico e cultural

TEMA: Os desafios estruturais e urbanísticos que impactam a preservação do Centro Histórico de Cuiabá. A audiência também abordará a necessidade de ações concretas para a valorização e preservação da memória e identidade cultural da cidade, bem como a urgência de intervenções específicas na recuperação de bens tombados.



24/04/2025 (quinta-feira)



9h00



Auditório da Sede das Promotorias de Justiça da Capital.
Endereço: Av. Des. Milton Figueiredo Mendes, s/nº, Setor "D", Centro Político e Administrativo • Cuiabá/MT



mpmt.mp.br

JURISPRUDÊNCIA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- DIREITO CONSTITUCIONAL E AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. INTERESSE COMUM DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO. OBSERVÂNCIA DO ENTENDIMENTO FIRMADO NA ADI 1.842. LEGITIMIDADE PASSIVA DA FUNASA. CONVÊNIOS FIRMADOS PARA IMPLEMENTAR OS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS CONVENIADOS. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 279/STF. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).
- [STF autoriza permanência de aterros sanitários já instalados até fim do prazo previsto no licenciamento](#)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- [STJ mantém suspensão de obras do Parque da Cidade de João Pessoa](#)
- [STJ: Ibama pode fiscalizar edificação por risco ambiental, ainda que haja licença de outro órgão público](#)
- DIREITO AMBIENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONSTRUÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. DEMOLIÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL. RECURSO PROVIDO. I. CASO EM EXAME. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).
- PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. POSSIBILIDADE DE LESÃO OU AMEAÇA DE LESÃO AO MEIO AMBIENTE ARTIFICIAL. DEVER DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO. POSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM AÇÕES QUE VEICULAM PRETENSÃO DE CUNHO REPARATÓRIO EM FAVOR DO MEIO AMBIENTE. DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- [TRF4: Restaurante às margens da Lagoa deve demolir construções que excederam autorização](#)
- [TRF4: Justiça Federal concede pedido de liminar que previne ocupação no Parque Nacional do Iguaçu](#)
- [TRF4: JFPR concede liminar que permite ampliação de vida útil de aterro sanitário na região de Curitiba](#)

JURISPRUDÊNCIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

- DIREITO AMBIENTAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. NÃO-CONHECIDO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIXO. DESTINAÇÃO IRREGULAR. DANO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ESTADO E MUNICÍPIO. MULTA COMINATÓRIA. AFASTADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I. CASO EM EXAME O CASO TRATA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA O ESTADO DE MATO GROSSO E O MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA, EM RAZÃO DA DESTINAÇÃO IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS, EM ÁREA IMPRÓPRIA E PRÓXIMA A UM CURSO D'ÁGUA, CAUSANDO DANOS AO MEIO AMBIENTE E À SAÚDE PÚBLICA. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).
- DIREITO ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESTINAÇÃO INADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. DEPÓSITO DE LIXO A CÉU ABERTO. RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO. POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).
- DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO. APELAÇÃO CÍVEL. LOTEAMENTO IRREGULAR. OBRIGAÇÃO DE FAZER. RESPONSABILIDADE DO LOTEADOR PELA REGULARIZAÇÃO. DEVER DE FISCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO. DANO MORAL COLETIVO. NÃO CONFIGURADO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I. CASO EM EXAME. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- [TJSP: Justiça determina regularização de tratamento de esgoto em loteamentos de Araras](#)
- [TJSP: Lei que autoriza emissão de ruídos sonoros acima do limite em templos religiosos é inconstitucional, decide OE](#)
- [TJSP mantém resolução de tombamento da Chácara das Jaboticabeiras](#)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

- [TJSC: Demolição de casa germânica gera indenização por dano moral coletivo em Pomerode](#)
- [TJSC: Justiça proíbe ligação elétrica em área de preservação permanente](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

MPMT RECOMENDA QUE MUNICÍPIO ADEQUE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

A Promotoria de Justiça de Vila Bela da Santíssima Trindade (a 521km de Cuiabá) notificou a Prefeitura Municipal e o Departamento de Água e Esgoto (DAE) para que adequem a água distribuída no município aos padrões de potabilidade e qualidade para consumo humano previstos pelo Ministério da Saúde.



[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPMT REQUER CONSTRUÇÃO DE NOVA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO EM JUÍNA



A 1ª Promotoria de Justiça Cível de Juína (a 735km de Cuiabá) ajuizou Ação Civil Pública contra o Município e o Departamento de Água e Esgoto Sanitário requerendo a construção de uma nova Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na cidade, em até 56 meses, e a desativação da atual ETE em até seis meses após o início da operação da outra unidade.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

JUSTIÇA DETERMINA SUSPENSÃO DE ATIVIDADES DE GRAXARIA EM JUÍNA

A pedido do Ministério Público de Mato Grosso, a Justiça determinou a suspensão imediata das atividades da empresa Santa Edwiges Indústria e Comércio de Resíduos Orgânicos de Juína Ltda – EPP, que recicla resíduos de origem animal em Juína (a 735km de Cuiabá).



[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

PREFEITURA DE CUIABÁ E MPMT DISCUTEM SOLUÇÕES CONJUNTAS PARA O URBANISMO

A Prefeitura de Cuiabá conta com o apoio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso nas definições que envolvem o planejamento urbano da cidade.

As tratativas em torno do assunto foram lideradas pelo prefeito Abilio Brunini (PL) em reunião realizada nesta semana, no Palácio Alencastro, com a presença do procurador do MPE, Carlos Eduardo Silva, do secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Sustentável, José Afonso Portocarrero, do secretário adjunto de Planejamento Urbano (IPDU), José Antônio Lemos e do secretário adjunto de Meio Ambiente, Valdemir Piazza Topanoti.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

MPMT: MUNICÍPIO É ALVO DE ACP POR IRREGULARIDADES EM LIXÃO

O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) moveu uma Ação Civil Pública (ACP) contra a Prefeitura de Gaúcha do Norte (a 580km de Cuiabá) por conta de irregularidades no manejo de resíduos sólidos.



[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPMT: EMPRESA PAGARÁ R\$ 200 MIL POR CAUSAR POLUIÇÃO AMBIENTAL

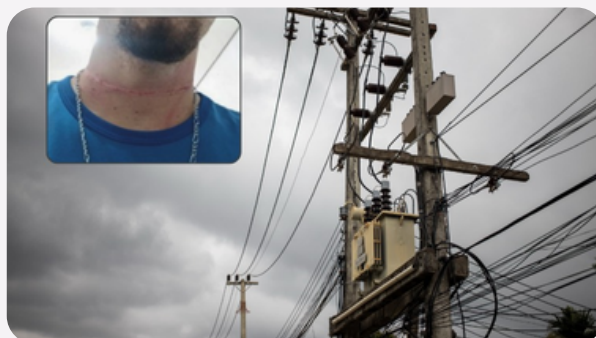


O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da 2ª Promotoria de Justiça Cível de Lucas do Rio Verde, firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a empresa JBS Confinamento LTDA, autuada por causar poluição ambiental. Com o acordo, a empresa pagará R\$ 200 mil que serão destinados a cinco instituições que atuam no município de Lucas do Rio Verde.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPMT ENTRA COM AÇÃO PARA CONCESSIONÁRIA RETIRAR FIOS INÚTEIS DE POSTES

O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) ingressou com Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer, com pedido liminar, contra a concessionária Energisa Mato Grosso e o município de Sorriso, para que a empresa distribuidora de energia retire, em menos de 30 dias, a fiação inutilizada que pertence a própria concessionária e as empresas de telecomunicações, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil.



[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

MATO GROSSO TERÁ DIFICULDADE PARA CUMPRIR MARCO LEGAL DO SANEAMENTO

Mato Grosso terá dificuldades para cumprir o Marco Legal do Saneamento, um arcabouço legal, que estabelece a universalização dos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto, até 2033, quando 99% da população deverá ter acesso à água tratada e 90% à coleta e tratamento do esgoto. O alerta foi feito pelo promotor de Justiça de Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística de Cuiabá, Carlos Eduardo Silva, durante entrevista à Rádio CBN Cuiabá, durante o Projeto Diálogos com a Sociedade.

No programa desta quarta-feira (26), ele e o diretor-geral da Águas Cuiabá, Leonardo Menna, foram os convidados do estúdio de vidro, localizado na entrada principal do Pantanal Shopping, para falar sobre: “Saneamento básico: desafios e soluções”.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

MPMT REQUER SOLUÇÕES PARA MINIMIZAR TRANSTORNOS CAUSADOS POR OBRAS

Alternativas na mobilidade urbana impactada pelas obras realizadas simultaneamente no viaduto do CPA, na trincheira do Complexo Viário do Jardim Leblon e no BRT - Ônibus de Transporte Rápido estiveram no centro das deliberações durante a audiência autocompositiva realizada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da 29ª Promotoria de Justiça Cível de Cuiabá de Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística. O encontro desta quarta-feira (2) contou com representantes da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso (Sinfra-MT), da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (Semob), do Consórcio BRT, da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e da Prefeitura de Cuiabá.

De acordo com o promotor de Justiça Carlos Eduardo Silva, responsável pelo inquérito civil para "apurar a omissão do Município de Cuiabá e do Estado de Mato Grosso no planejamento, organização e fiscalização dos impactos causados à mobilidade urbana", um plano de contingência foi elaborado, destacando eixos de atuação para melhorias no tráfego.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)



NOTÍCIAS DO CNMP E OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

A PEDIDO DO MPMG, JUSTIÇA EMBARGA DEMOLIÇÃO DE CASARÃO HISTÓRICO EM JANUÁRIA

Atendendo a pedido do Ministério público de Minas Gerais (MPMG), o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) determinou, em caráter liminar, que os herdeiros de imóvel no centro de Januária, no Norte do estado, estão proibidos de prosseguir com a demolição de casarão tombado pelo patrimônio histórico. A medida vale até que se encerre a disputa judicial envolvendo o bem.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPF E DPU MOVEM AÇÃO PARA GARANTIR PERMANÊNCIA DE FAMÍLIAS ASSENTADAS EM MATO GROSSO

O Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) moveram ação civil pública, com pedido de liminar, para garantir a permanência das famílias do assentamento Zumbi dos Palmares, em Cláudia (MT). As famílias, que vivem no local desde 2006 após serem assentadas pelo INCRA, correm risco de despejo devido a erros no processo de desapropriação da Fazenda Três Nascentes.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPF PEDE QUE AÇÃO QUE TRATA DO PARQUE ESTADUAL CRISTALINO II (MT) SEJA ANALISADA PELA JUSTIÇA FEDERAL

O Ministério Público Federal (MPF) requereu ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) que a ação que discute o fim do Parque Estadual Cristalino II seja enviada para a Justiça Federal. O MPF busca atuar como custos legis (fiscal da lei) para garantir a preservação do parque, dada a sua importância ecológica e o potencial risco de danos ambientais irreversíveis com a sua extinção.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPSC APURA ABANDONO DA CASA ENXAIMEL MAIS ANTIGA DE JARAGUÁ DO SUL

Com o objetivo de proteger o meio ambiente e o patrimônio histórico de Jaraguá do Sul, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) instaurou o Inquérito Civil n. 06.2025.00000274-8 para investigar a falta de manutenção da Casa Enxaimel Selke, reconhecida como a construção desse estilo mais antiga da cidade.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

ARTIGOS



- 10 cidades que estão projetando ruas para crianças
- Como banheiros públicos ajudam a promover dignidade, inclusão e caminhabilidade
- Curtos-circuitos da regulação do uso do solo
- Consensos e equívocos sobre mobilidade urbana
- Para resolver o problema, é preciso conhecê-lo
- Cidade planejada X cidade espontânea
- Reurb em área de preservação permanente e a Lei Federal 14.285/2021
- Perfil das disputas judiciais envolvendo os grandes geradores de resíduos sólidos
- Definindo o espaço público: conceitos fundamentais



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Cachoeira Salto Belo - Campo Novo dos Parecis/MT